



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Técnico Judiciário – Área Administrativa

Opcao de Cargo M09, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo
 - contém 55 questões, numeradas de 1 a 55Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Um dos resultados da política de derrubada da floresta para a formação de pastagens foi a criação de imensas propriedades rurais com baixa produtividade e geração de poucos empregos. De acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE, as propriedades com área maior do que 2.000 hectares, na Amazônia, correspondem a apenas 1,6% do número total de estabelecimentos rurais da região, mas abrangem 56% da área total ocupada. É uma concentração de terra anacrônica, que vai contra tudo o que já se aprendeu sobre o valor social da terra e a necessidade de aproveitar racionalmente os recursos naturais.

A pequena propriedade, se bem administrada, dá mais lucro e gera muito mais empregos. Um estudo feito por agrônomos da USP mostrou, por exemplo, que o extrativismo da castanha numa pequena área na região de Xapuri, no Acre, gerou remuneração de até 48 reais por dia para os trabalhadores, muito superior aos 6 reais por dia obtidos com a produção de arroz, milho e feijão nas áreas desmatadas. E isso sem derrubar uma só árvore da floresta. Mais uma prova de que a floresta vale muito mais em pé do que derrubada e queimada.

O conhecimento dos pontos fracos e da potencialidade da floresta é, certamente, a única maneira de explorá-la sem destruí-la. Isso fica claro quando se analisa o potencial da biodiversidade da floresta. Estima-se que a Amazônia esconda 10.000 substâncias que no futuro terão grande valor para as indústrias química e farmacêutica. Segundo dados da Empresa Brasileira de Biotecnologia, bastaria o Brasil assegurar a propriedade de 100 patentes para ganhar até um bilhão de dólares por ano com a comercialização de produtos.

Além disso, ninguém mais defende que toda presença do homem branco precisa ser eliminada da floresta, como se chegou a afirmar no passado. Mesmo a idéia de criar bolsões de floresta cercados a cadeado desapareceu, evoluindo para o conceito de corredores ecológicos, com diversos graus de presença humana, de acordo com as características do lugar. A nova visão abriu várias linhas de pesquisa sobre como explorar a floresta com a presença do homem civilizado. E uma opção mais evidente é a do ecoturismo, que cresce no mundo todo. Só na Amazônia, o ecoturismo poderia render 13 bilhões de dólares por ano se a floresta tiver a infra-estrutura necessária. Os chamados "hotéis de selva", que hoje estão concentrados principalmente às margens do rio Negro, nas proximidades de Manaus, atraem cada vez mais turistas estrangeiros e são a maior prova de que o turismo pode ajudar o desenvolvimento da floresta de forma sustentável. Mais uma vez, fica provado que a floresta em pé vale muito mais do que no chão.

(Adaptado de **Superinteressante**, especial Ecologia, dezembro de 2001, p. 56-59)

1. Conclui-se do texto que o futuro da Amazônia deverá
 - (A) encontrar-se na exploração, até mesmo por laboratórios internacionais, de seus recursos naturais.
 - (B) estar na realidade comercial de seus produtos, extremamente valorizados nos outros países, especialmente os europeus.
 - (C) basear-se na enorme possibilidade de aproveitamento de seus recursos, tendo em vista sua biodiversidade.
 - (D) situar-se num grande número de propriedades rurais de criação de gado, pois o cultivo de grãos é pouco produtivo.
 - (E) respeitar a necessidade de ocupação de sua vasta área, por populações originárias de outras regiões, com atividades diferenciadas.

2. A idéia em torno da qual se desenvolve o texto é:
 - (A) A floresta vale mais em pé do que derrubada e queimada.
 - (B) A comercialização de produtos da floresta rende divisas para o Brasil.
 - (C) O homem branco precisa conquistar plenamente a Amazônia.
 - (D) Comunidades indígenas deveriam tornar-se as legítimas proprietárias da Amazônia.
 - (E) O turismo é a única possibilidade de obtenção de rendimentos na região.

3. *É uma concentração de terra anacrônica, que vai contra tudo o que já se aprendeu...* (final do 1º parágrafo)

A opinião acima baseia-se

 - (A) no pequeno lucro oferecido aos proprietários dos rebanhos, em consequência da dificuldade em manter as áreas de pastagens.
 - (B) no fato de que o extrativismo de sementes das árvores da floresta rende bem mais aos moradores do que o cultivo de produtos agrícolas.
 - (C) na noção de que manter a floresta intocada é o melhor para a região, apesar dos evidentes prejuízos econômicos resultantes desse fato.
 - (D) no baixo aproveitamento das áreas desmatadas da floresta, com o fim dos recursos naturais e pequeno número de empregos gerados.
 - (E) no reduzido número de habitantes envolvidos em alguma atividade econômica, em relação à enorme extensão geográfica da região.

4. É correto afirmar que, considerando-se o contexto, *corredores ecológicos* são
 - (A) pedaços equivalentes aos antigos bolsões intocados da floresta.
 - (B) trechos com presença humana controlada, em defesa do ecossistema.
 - (C) locais sem qualquer interferência ou presença humana.
 - (D) regiões destinadas apenas ao ecoturismo internacional.
 - (E) locais devidamente preparados para atender ao turismo interno.

5. *E isso sem derrubar uma só árvore da floresta.* (7ª e 8ª linhas do 2º parágrafo)
- O pronome grifado acima refere-se, no texto,
- (A) ao aumento das áreas desmatadas.
 (B) ao maior número de empregos.
 (C) à existência de pequenas propriedades.
 (D) ao desenvolvimento de estudos na região.
 (E) à maior remuneração dos trabalhadores.
-
6. *Estima-se que a Amazônia esconda 10.000 substâncias...* (meio do 3º parágrafo)
- A forma verbal grifada na frase acima indica
- (A) uma realidade concreta.
 (B) um fato provável.
 (C) uma dúvida pertinente.
 (D) uma afirmação futura.
 (E) uma afirmativa improvável.
-
7. *... correspondem a apenas 1,6% do número total de estabelecimentos...* (6ª linha do 1º parágrafo)
- O mesmo tipo de complemento exigido pelo verbo grifado na frase acima está em:
- (A) O desmatamento da floresta necessita de um controle oficial mais rígido.
 (B) Algumas tribos indígenas fazem a exploração sustentada da madeira da floresta.
 (C) A população indígena da Amazônia vive principalmente em 556 áreas reconhecidas pela Funai.
 (D) Uma área de floresta equivalente à França já foi desmatada na região amazônica.
 (E) Torna-se necessária a fiscalização das ações ilegais na região amazônica.
-
8. Os povos indígenas brasileiros começaram registrar, partir da década de 1990, um crescimento demográfico superior média geral do país.
- As lacunas da frase apresentada estão corretamente preenchidas por
- (A) a - a - a
 (B) a - à - à
 (C) a - a - à
 (D) à - à - à
 (E) à - à - a
-
9. A concordância está correta apenas na frase:
- (A) As tradições das tribos indígenas da Amazônia precisa ser preservado, assim como o conhecimento acumulado por elas.
 (B) A devastação da floresta, especialmente por madeiras da Malásia, que já opera livremente na região, devem ser combatidas.
 (C) É necessário acumular informações sobre a fauna e a flora e também sobre as culturas indígenas, que no futuro será investida em desenvolvimento.
 (D) Criaram-se várias unidades federais de conservação, cuja preocupação maior está na preservação do banco genético da floresta.
 (E) Investimentos feitos na criação de reservas indígenas resultou num leve aumento da população, que giram em torno de 300.000, na Amazônia.
-
10. Há palavras escritas de modo INCORRETO na frase:
- (A) O grande desafio, na Amazônia, será o de explorar as imensas riquezas da região, inclusive os recursos minerais, sem precisar exterminar a floresta.
 (B) É imprescindível conciliar interesses de proprietários e a exploração sustentada da floresta, em benefício do meio ambiente.
 (C) Dificilmente a cultura da soja terá, no cerrado amazônico, o mesmo sucesso econômico que obteve na região do Centro-Oeste.
 (D) Nos projetos que buscam soluções para a Amazônia deve ser considerada a enorme diversidade ecológica e social dessa região.
 (E) O excesso de humidade, resultado do intenso regime de chuvas na Amazônia, prejudica o desenvolvimento da agricultura na região.
-
11. Um auxiliar de enfermagem pretende usar a menor quantidade possível de gavetas para acomodar 120 frascos de um tipo de medicamento, 150 frascos de outro tipo e 225 frascos de um terceiro tipo. Se ele colocar a mesma quantidade de frascos em todas as gavetas, e medicamentos de um único tipo em cada uma delas, quantas gavetas deverá usar?
- (A) 33
 (B) 48
 (C) 75
 (D) 99
 (E) 165
-
12. Alguns técnicos judiciários foram designados para prestar serviços de segurança em alguns setores da Justiça Eleitoral: X deles para executar a fiscalização de material para votação e, os Y restantes, junto aos órgãos apuradores. Se X é igual aos $\frac{3}{5}$ de Y, então, em relação ao total de agentes designados, X corresponde a
- (A) 25%
 (B) 37,5%
 (C) 40%
 (D) 60%
 (E) 62,5%
-
13. Para executar a tarefa de manutenção de 111 microcomputadores, três técnicos judiciários dividiram o total de microcomputadores entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, o técnico de 30 anos recebeu
- (A) 2 micros a mais do que o de 24 anos.
 (B) 4 micros a menos do que o de 36 anos.
 (C) 4 micros a menos do que o de 24 anos.
 (D) 6 micros a menos do que o de 36 anos.
 (E) 9 micros a menos do que o de 24 anos.
-
14. Uma impressora é capaz de imprimir as 1 275 páginas de um texto se operar ininterruptamente por 1 hora e 15 minutos. Operando nas mesmas condições, outra impressora, cuja velocidade de impressão é de 20 páginas por minuto, imprimiria o mesmo texto em
- (A) 1 hora, 30 minutos e 45 segundos.
 (B) 1 hora, 20 minutos e 30 segundos.
 (C) 1 hora, 13 minutos e 15 segundos.
 (D) 1 hora, 3 minutos e 45 segundos.
 (E) 1 hora, 1 minuto e 15 segundos.

<p>15. Publicado o edital de licitação para a compra de 20 monitores de vídeo para microcomputadores, duas empresas apresentaram as seguintes propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - R\$ 870,00 a unidade; 10% de desconto sobre o valor total da compra de 10 ou mais unidades. - R\$ 900,00 a unidade; 15% de desconto sobre o valor total da compra de 15 ou mais unidades. <p>Optando pela melhor dessas duas propostas, a entidade economizará</p> <p>(A) R\$ 360,00 (B) R\$ 375,00 (C) R\$ 380,00 (D) R\$ 425,00 (E) R\$ 460,00</p>	<p>20. Um técnico judiciário deve cumprir uma jornada diária de 8 horas de trabalho. Certo dia, ele chegou ao trabalho quando eram decorridos $\frac{23}{72}$ do dia, saiu às 11h38min para almoçar e retomou suas atividades às 12h50min. Se saiu do trabalho quando eram decorridos $\frac{2}{3}$ desse mesmo dia, então, nesse dia,</p> <p>(A) sua jornada foi cumprida. (B) ele deixou de cumprir 38 minutos de sua jornada. (C) ele deixou de cumprir 52 minutos de sua jornada. (D) ele excedeu sua jornada em 18 minutos. (E) ele excedeu sua jornada em 24 minutos.</p>
<p>16. Um capital foi aplicado a juro simples e, ao final de 3 anos e 4 meses, teve o seu valor triplicado. A taxa mensal dessa aplicação foi de</p> <p>(A) 2,5% (B) 4% (C) 5% (D) 6% (E) 7,5%</p>	<p>21. No MS-Windows 98, a barra de tarefas NÃO contém</p> <p>(A) o botão Iniciar. (B) a barra de menus. (C) botões dos aplicativos abertos. (D) barras de ferramentas. (E) um relógio.</p>
<p>17. Certo dia, um técnico judiciário observou que o triplo do número x, de documentos por ele arquivados, excedia de 12 unidades a terça parte do número y, de documentos que havia protocolado. Se a razão entre x e y, nessa ordem, é $\frac{1}{5}$, então x + y é igual a</p> <p>(A) 46 (B) 48 (C) 52 (D) 54 (E) 60</p>	<p>22. Num documento MS-Word 2000, em exibição Normal, ao selecionar "Cabeçalho e rodapé", o texto será exibido</p> <p>(A) em Tela inteira. (B) em Zoom, nos cabeçalhos e rodapés. (C) ainda no modo Normal. (D) no modo <i>Layout</i> de impressão. (E) no modo Estrutura de tópicos.</p>
<p>18. Alguns técnicos judiciários decidiram dividir igualmente entre si as 300 páginas de um texto a ser digitado. Entretanto, um deles foi designado para outra atividade e, assim, coube a cada um dos outros digitar 15 páginas a mais que o combinado. O número de páginas que cada técnico digitou foi</p> <p>(A) 80 (B) 75 (C) 72 (D) 65 (E) 60</p>	<p>23. A seleção de um parágrafo completo, utilizando-se o mouse em um documento MS Word 2000, é realizada por meio de</p> <p>(A) três cliques sobre o texto. (B) dois cliques sobre o texto. (C) dois cliques sobre o texto, pressionando-se a tecla <i>Shift</i> simultaneamente. (D) um clique sobre o texto. (E) um clique sobre o texto, pressionando-se a tecla <i>Shift</i> simultaneamente.</p>
<p>19. Se os 13,56 litros de água no interior de um bebedouro estão ocupando os $\frac{2}{3}$ de sua capacidade, quantos metros cúbicos de água faltam para encher esse bebedouro?</p> <p>(A) 0,968 (B) 0,678 (C) 0,0968 (D) 0,0678 (E) 0,00678</p>	<p>24. Considerando que uma planilha MS Excel 2000 contém 65.536 linhas e 256 colunas, a quantidade de células existente é</p> <p>(A) 256. (B) 65.536. (C) 65.792. (D) 8.388.608. (E) 16.777.216.</p> <p>25. A página inicial a ser exibida na abertura do MS Internet Explorer 5.5 é definida</p> <p>(A) em Atualizar do menu Exibir. (B) em Adicionar a Favoritos do menu Favoritos. (C) em Opções da Internet do menu Ferramentas. (D) no botão Página inicial da barra de ferramentas. (E) no botão Favoritos da barra de Ferramentas.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
<p>26. A Constituição Federal estabelece, para proteger a pequena propriedade rural, que a lei deve dispor sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento. Estabelece, ainda, como condição e como proteção, respectivamente, que ela deve</p> <p>(A) servir de moradia ao trabalhador e sua família, e que a atividade produtiva terá juros subsidiados.</p> <p>(B) ser trabalhada pela família e que não será objeto de penhora, salvo para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.</p> <p>(C) ser trabalhada pela família e que não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.</p> <p>(D) ser trabalhada pela família e que a atividade produtiva terá juros subsidiados pelos bancos oficiais.</p> <p>(E) servir de moradia ao trabalhador e sua família, e que não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes da produção.</p>	<p>30. NÃO se classifica como símbolo nacional:</p> <p>(A) o hino.</p> <p>(B) a bandeira.</p> <p>(C) o selo.</p> <p>(D) a divisa.</p> <p>(E) as armas.</p>
<p>27. A liberdade de criar uma associação é plena, independe de autorização e é vedada a interferência estatal em seu funcionamento. Essas entidades associativas</p> <p>(A) têm legitimidade para representar seus filiados, judicial e extrajudicialmente, quando expressamente autorizadas.</p> <p>(B) só podem representar seus filiados judicialmente quando por eles autorizada, mediante procuração.</p> <p>(C) representam seus filiados extrajudicialmente, sem necessidade de consultá-los, porque a Constituição Federal confere essa legitimidade.</p> <p>(D) têm legitimidade para representar seus filiados, judicial e extrajudicialmente, apenas quando seus estatutos assim o admitirem.</p> <p>(E) são autorizadas a representar seus filiados judicialmente tão-somente para propor o mandado de segurança coletivo.</p>	<p>31. NÃO é condição de elegibilidade, na forma da lei,</p> <p>(A) haver completado o ensino fundamental.</p> <p>(B) ter a nacionalidade brasileira.</p> <p>(C) estar alistado como eleitor.</p> <p>(D) gozar do pleno exercício dos direitos políticos.</p> <p>(E) manter domicílio eleitoral na circunscrição.</p>
<p>28. Uma das regras constitucionais que devem ser observadas pela lei ordinária penal é a de que a</p> <p>(A) pena de banimento pode ser instituída em uma única hipótese.</p> <p>(B) lei penal não retroagirá, em nenhuma hipótese.</p> <p>(C) competência para julgamento de todos os crimes contra a vida é do Tribunal do Júri.</p> <p>(D) obrigação de reparar o dano oriundo do crime não passará da pessoa do condenado.</p> <p>(E) prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.</p>	<p>32. Em se tratando de aposentadoria e de disponibilidade do servidor público, é importante ressaltar que, hoje, o tempo de</p> <p>(A) contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e de disponibilidade.</p> <p>(B) serviço federal, estadual ou municipal será contado apenas para efeito de aposentadoria.</p> <p>(C) contribuição federal, estadual ou municipal será contado apenas para efeito de disponibilidade.</p> <p>(D) serviço federal, estadual ou municipal será contado apenas para efeito de disponibilidade.</p> <p>(E) serviço federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e de disponibilidade.</p>
<p>29. Em se tratando dos direitos sociais,</p> <p>(A) a moradia não é um deles, mas o trabalho é.</p> <p>(B) os trabalhadores urbanos e rurais estão equiparados quanto a eles.</p> <p>(C) o trabalhador doméstico tem direito a todos eles.</p> <p>(D) o trabalho não é um deles, mas a moradia é.</p> <p>(E) o trabalho e a moradia não se incluem entre eles.</p>	<p>33. O Estatuto da Magistratura deve observar princípios fixados na Constituição Federal. Dentre eles:</p> <p>(A) o órgão especial, no tribunal em que se fizer necessário, terá o mínimo de 15 e o máximo de 25 membros.</p> <p>(B) será obrigatória a promoção do Juiz que figure por três vezes, alternadamente, em lista de merecimento.</p> <p>(C) o Juiz titular não precisará residir na comarca, desde que resida a menos de cem quilômetros da sede.</p> <p>(D) o Juiz não poderá ser removido contra a sua vontade, nem mesmo sob alegação de interesse público.</p> <p>(E) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.</p> <p>34. Os Juízes dos Tribunais Eleitorais</p> <p>(A) nunca servirão por mais de dois biênios consecutivos.</p> <p>(B) poderão servir pelo tempo que desejarem, se forem magistrados de carreira.</p> <p>(C) servirão por, no mínimo, um ano, salvo motivo justificado.</p> <p>(D) não gozarão da garantia da inamovibilidade, em razão da natureza excepcional do órgão.</p> <p>(E) servirão por, no máximo, 5 anos, salvo motivo justificado.</p>

<p>35. De acordo com a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que caberá recurso da decisão do Tribunal Regional Eleitoral que</p> <p>(A) representar divergência na interpretação da lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.</p> <p>(B) for proferida contra expressa disposição de lei.</p> <p>(C) conceder <i>habeas corpus</i>, mandado de segurança, <i>habeas data</i> ou mandado de injunção.</p> <p>(D) versar sobre inelegibilidade ou expedição de diploma nas eleições estaduais.</p> <p>(E) decretar a perda de mandato eletivo federal ou estadual.</p>	<p>38. No que tange à competência e sua delegação, observa-se que</p> <p>(A) a competência é sempre renunciável, salvo o caso de delegação, em face do princípio do dinamismo que norteia a Administração Pública.</p> <p>(B) o ato de delegação é irrevogável, tendo em vista a necessidade de segurança jurídico-administrativa.</p> <p>(C) a edição de ato de caráter normativo pode ser objeto de delegação e avocação em caso de urgência e motivo relevante.</p> <p>(D) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.</p> <p>(E) a decisão dos recursos administrativos podem ser objeto de delegação, mas não de avocação, visto que esta pode resultar em parcialidade.</p>
<p>36. Diz-se que a Administração Pública</p> <p>(A) não se caracteriza como mecanismo instrumental, significando simplesmente um organismo, podendo ou não submeter-se ao interesse público.</p> <p>(B) é um organismo ativo direcionado aos interesses públicos e que tem por função exercer atividades de gestão e atendimento de necessidades sociais.</p> <p>(C) focaliza especialmente o âmbito do Poder Executivo como o único titular da prerrogativa de praticar atos administrativos de qualquer natureza.</p> <p>(D) pressupõe que o Executivo administre como atividade coadjuvante e que o Legislativo e o Judiciário administrem como atividade própria de acordo com seus fins.</p> <p>(E) compreende em sentido estrito, sob o aspecto subjetivo, as funções administrativas e políticas, e, sob o aspecto objetivo, os órgãos administrativos e governamentais.</p>	<p>39. É certo que, se o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa</p> <p>(A) notificar o indiciado para que providencie o ressarcimento integral do dano em três dias, sob pena de prisão administrativa.</p> <p>(B) requisitar a abertura de inquérito policial e determinar a apreensão de bens do indiciado.</p> <p>(C) requerer ao Juiz competente a abertura de inquérito civil e que ele determine o depósito dos bens do indiciado em mãos de pessoa idônea.</p> <p>(D) comunicar a seu superior hierárquico que poderá tomar providências acauteladoras em relação aos bens do indiciado.</p> <p>(E) representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade de bens do indiciado.</p>
<p>37. Em matéria de poderes da Administração Pública:</p> <p>I. A eventual inobservância, pelo agente público de qualquer dever inerente ao exercício da atividade administrativa gera para o Poder Público, após regular procedimento, o poder-dever de aplicar-lhe sanções.</p> <p>II. A capacidade atribuída ao administrador para distribuir funções e organizar as atividades administrativas, ou seja, o mero fracionamento organizado de atribuições no âmbito do Poder Público.</p> <p>I e II, respectivamente, dizem respeito aos poderes</p> <p>(A) de polícia e hierárquico.</p> <p>(B) hierárquico e regulamentar.</p> <p>(C) disciplinar e hierárquico.</p> <p>(D) disciplinar e de polícia.</p> <p>(E) de polícia e regulamentar.</p>	<p>40. A não-apresentação da declaração de bens, com indicação das fontes de renda, por parte das autoridades e servidores públicos obrigados ao atendimento dessa obrigação, por ocasião da posse</p> <p>(A) implicará a não-realização daquele ato, ou sua nulidade, se celebrado sem esse requisito essencial.</p> <p>(B) não impede a realização desse ato nem implica nulidade, visto ser mera irregularidade que pode ser sanada a qualquer tempo.</p> <p>(C) causará o adiamento do ato, sendo que o obrigado terá três dias para apresentá-la, não implicando nulidade se celebrado sem esse requisito.</p> <p>(D) não obsta a realização desse ato, porém, suspende o exercício do cargo, emprego ou função até que o obrigado apresente a referida declaração.</p> <p>(E) implicará falta grave, sujeitando o obrigado a processo administrativo disciplinar, cuja pena será a de exoneração em face da desídia funcional.</p>

<p>41. Rubens, técnico judiciário, faltou ao serviço, por várias vezes, durante o mês de julho, porque a ponte que servia de acesso ao local de trabalho ruiu. Não há outra forma de deslocar-se, pois ficou praticamente ilhado nas imediações de sua residência. Nesse caso, as faltas justificadas decorrentes desse fato</p> <p>(A) não poderão ser compensadas por falta de previsão legal a respeito, assim como não serão consideradas como efetivo exercício.</p> <p>(B) poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.</p> <p>(C) deverão ser compensadas por força de lei, mas não serão consideradas como efetivo exercício.</p> <p>(D) obriga o servidor a trabalhar mais uma hora por dia até que atinja as horas não trabalhadas, e não serão contadas como efetivo exercício.</p> <p>(E) podem ser abonadas apenas pela via judicial, caso em que serão consideradas como efetivo exercício.</p>	<p>43. Para os fins da Lei nº 8.666/93, que trata das Licitações e Contratos da Administração Pública, considera-se</p> <p>(A) projeto básico quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas da obra, sob inteira responsabilidade da contratada até sua entrega ao contratante.</p> <p>(B) empreitada por preço global quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.</p> <p>(C) tarefa quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total, podendo ser de execução direta ou indireta.</p> <p>(D) empreitada por preço unitário quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.</p> <p>(E) projeto executivo como sendo o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução da obra, de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).</p>
<p>42. No que se refere às diárias, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 10 dias.</p> <p>II. A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.</p>	<p>44. No que diz respeito às modalidades de licitação, é certo que</p> <p>(A) na compra de bens de natureza divisível é vedada, em qualquer hipótese, a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação.</p> <p>(B) nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.</p> <p>(C) a licitação cabível na compra ou alienação de bens imóveis será sempre a modalidade de tomada de preços objetivando ampliar a competitividade.</p> <p>(D) as modalidades de licitação devem ser rigorosamente observadas não se podendo utilizar a concorrência quando cabe o leilão ou, tampouco, utilizar a tomada de preços quando cabe o convite.</p> <p>(E) a licitação entre quaisquer interessados para a escolha de trabalho técnico, científico ou de notória especialização, com remuneração aos escolhidos, será feita obrigatoriamente pela modalidade de convite.</p>
<p>III. Mesmo nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor faz jus a diárias.</p> <p>IV. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo de 5 dias.</p> <p>APENAS são corretas</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>45. A diferença básica entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação</p> <p>(A) encontra-se em suas hipóteses, sendo que na primeira estas visam a um objeto único e singular, enquanto que na segunda são divididas em categorias, em razão do objeto, de pessoas e de situações excepcionais.</p> <p>(B) consiste no fato de que na primeira não há possibilidade de competição, enquanto que na segunda há possibilidade de competição que justifique a licitação.</p> <p>(C) está no fato de que na primeira há possibilidade de competição que justifique a licitação, enquanto que na segunda não há possibilidade de competição.</p> <p>(D) tem a ver ou não com o valor do objeto, sendo que na primeira não se cogita de qualquer <i>quantum</i> em relação ao valor, enquanto que na segunda é relevante o pequeno valor para tornar a licitação inexigível.</p> <p>(E) vem expressa ao prever que a alienação de bens imóveis mediante dação em pagamento e doação, entre outros, resulta em inexigibilidade, e a contratação de profissionais ou de empresa de notória especialização, entre outros, caracteriza a licitação dispensada.</p>

<p>46. Em cada Estado da Federação e no Distrito Federal haverá um Tribunal Regional Eleitoral, composto por Desembargadores do Tribunal de Justiça, Juizes de Direito, advogados e um</p> <p>(A) Juiz do Tribunal da Alçada, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista sêxtupla.</p> <p>(B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça, escolhido pelo Supremo Tribunal Federal, mediante eleição e voto secreto.</p> <p>(C) representante do Ministério Público Estadual, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista sêxtupla.</p> <p>(D) representante do Ministério Público Federal, escolhido pelo Tribunal de Justiça do respectivo Estado ou do Distrito Federal, dentre os integrantes de lista tríplice.</p> <p>(E) Juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal respectivo.</p>	<p>51. A respeito das garantias eleitorais,</p> <p>(A) apenas os candidatos têm legitimidade para denunciar responsáveis por abuso de poder de autoridade em desfavor da liberdade do voto.</p> <p>(B) o Ministério Público Eleitoral poderá expedir salvo conduto em favor do eleitor que sofrer violência física ou moral.</p> <p>(C) ocorrendo qualquer prisão, o preso ficará em cela especial e o fato será comunicado ao Juiz competente após o encerramento da votação.</p> <p>(D) os candidatos não poderão ser detidos ou presos, salvo caso de flagrante delito, desde 15 dias antes das eleições.</p> <p>(E) a prioridade postal dos Partidos Políticos será excluída durante os 60 dias anteriores à realização das eleições.</p>
<p>47. José é brasileiro nato, tem 19 anos de idade, mora e estuda na Espanha desde os 14 anos de idade. João tem 21 anos, mas é analfabeto. Maria tem 18 anos, mas é inválida. O alistamento eleitoral é</p> <p>(A) obrigatório para José e facultativo para João e Maria.</p> <p>(B) facultativo para José, João e Maria.</p> <p>(C) facultativo para Maria e obrigatório para José e João.</p> <p>(D) obrigatório para José, João e Maria.</p> <p>(E) facultativo para João e obrigatório para José e Maria.</p>	<p>52. Os Tribunais Regionais Eleitorais NÃO têm competência para apurar, com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais, os resultados finais das eleições para</p> <p>(A) Prefeitos Municipais.</p> <p>(B) Governadores de Estado.</p> <p>(C) Vice-Governadores de Estado.</p> <p>(D) Deputados Federais.</p> <p>(E) Deputados Estaduais.</p>
<p>48. Dentre as condições de elegibilidade NÃO se inclui</p> <p>(A) o domicílio eleitoral na circunscrição.</p> <p>(B) o alistamento eleitoral.</p> <p>(C) o pleno exercício dos direitos políticos.</p> <p>(D) a idade máxima de 70 anos.</p> <p>(E) a filiação partidária a pelo menos um ano antes do pleito.</p>	<p>53. A competência para expedição de diplomas aos eleitos para os cargos de Prefeito Municipal e Vereador é</p> <p>(A) do Corregedor-Geral Eleitoral.</p> <p>(B) do Superior Tribunal Eleitoral.</p> <p>(C) do Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(D) dos Tribunais Regionais Eleitorais.</p> <p>(E) das Juntas Eleitorais.</p>
<p>49. Os analfabetos são inelegíveis</p> <p>(A) para qualquer cargo eletivo.</p> <p>(B) apenas para Presidente e Vice-Presidente da República.</p> <p>(C) para Governador e Vice-Governador de Estado, entre outros.</p> <p>(D) para Senador e Deputado Federal, entre outros.</p> <p>(E) para Deputado Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito, entre outros.</p>	<p>54. Paulo permaneceu longo tempo na cabina de votação. Indagado por um membro da Mesa Receptora, informou que não sabia votar. Feitas as devidas explicações, continuou afirmando que não conseguia votar, mostrando um papel com os números de seus candidatos. O funcionário da Mesa Receptora apanhou o papel e assinalou esses números na urna eletrônica. Esse funcionário</p> <p>(A) só poderia agir dessa forma se fosse o Presidente da Mesa Receptora.</p> <p>(B) só poderia agir dessa forma se houvesse solicitação do eleitor.</p> <p>(C) agiu incorretamente, pois violou o sigilo do voto.</p> <p>(D) agiu com acerto, pois o eleitor estava embaraçando o processo de votação.</p> <p>(E) agiu com acerto, mas não poderá revelar o voto do eleitor a ninguém.</p>
<p>50. Considere as afirmações:</p> <p>I. A urna eletrônica contabilizará cada voto, assegurando-lhe o sigilo e a inviolabilidade.</p> <p>II. No sistema eletrônico de votação, a fiscalização será exercida com exclusividade pelo Ministério Público Eleitoral.</p> <p>III. A adoção do sistema de votação por cédulas convencionais poderá ser autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral quando ocorrer falha insanável do sistema eletrônico.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>	<p>55. Sobre a diplomação dos eleitos é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é da competência dos órgãos colegiados da Justiça Eleitoral.</p> <p>(B) tem a natureza jurídica de ato administrativo.</p> <p>(C) os candidatos, Partidos e Coligações têm legitimidade para fiscalizá-la.</p> <p>(D) a sua fiscalização é plena, tanto quanto à forma quanto ao conteúdo.</p> <p>(E) será nula se realizada por autoridade judiciária incompetente.</p>